

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

O PAPEL EMANCIPATÓRIO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM QUESTÃO: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE MINORIAS SOCIAIS EM CRISES SANITÁRIAS

THE EMANCIPATORY ROLE OF SCIENTIFIC DISSEMINATION PUT IN TEST: AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATIONS OF SOCIAL MINORITIES IN HEALTH CRISES

Izadora Lopes Garcia Nascimento - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Willian Lima Melo - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Durante epidemias e surtos de doenças infectocontagiosas, iniciativas de divulgação científica se configuram como estratégicas para orientar condutas, individuais e coletivas, e auxiliar na construção de políticas públicas para conter seus possíveis impactos epidemiológicos, sociais e financeiros. No entanto, os reflexos da desigualdade social, racial e de gênero também atravessam o microcosmo do sistema de produção, comunicação e divulgação do conhecimento científico, dotando essas iniciativas da potencialidade de reforçar ou propagar estigmas relativos a grupos minoritários. O presente trabalho tem por objetivo discutir o impacto da representação de minorias sociais em peças de divulgação científica sobre doenças infectocontagiosas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com características descritivas referentes às análises das fontes documentais. Foram analisadas 12 matérias jornalísticas que tratavam da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, da *Monkeypox* e da *Coronavirus Disease 2019*. As peças selecionadas para compor a amostra foram delimitadas por critérios de compatibilidade com a estrutura textual e temporalidade, sendo incluídas as que se referiam ao período inicial de cada um dos surtos. A partir da investigação realizada, foi possível perceber que a construção textual e imagética nas matérias analisadas acabou por fortalecer atos discriminatórios contra minorias sociais. Compreende-se que, ao tratar de doenças infectocontagiosas em ações de divulgação científica, é importante manter uma postura crítica e buscar alternativas para abordar a temática, de modo a não criar ou perpetuar a estigmatização das minorias.

Palavras-chave: divulgação científica; minorias sociais; crises sanitárias.

Abstract: In times of epidemics and outbreaks of infectious diseases, science communication initiatives are strategic to guide, individual and public, behaviors and to assist the construction of public policies, as well, in order to contain their possible epidemiological, social and financial impacts. However, the consequences of social, racial and gender inequality also permeate the system of production, communication and dissemination of scientific knowledge microcosm, enabling those initiatives to reinforce or propagate stigmas related to minority groups. This paper aims to discuss the impact of the representation of social minorities in scientific communication pieces about infectious diseases. This is an exploratory research, with a qualitative approach, and descriptive characteristics referring to the analysis of documentary sources. The way 12 journalistic articles approached Acquired Immunodeficiency Syndrome, Monkeypox and Coronavirus Disease 2019 were analyzed. The pieces selected to compose the sample were delimited by the criteria of compatibility with the textual

structure and temporality, including those that referred to the initial period of each outbreak. From the investigation carried out, it was possible to deduce that the textual and image construction in the material analyzed ended up strengthening discriminatory acts against social minorities. It is understood that, when dealing with infectious diseases in science communication actions, it is important to maintain a critical stance and seek alternatives to address the issue, so as not to create or perpetuate the stigmatization of minorities.

Keywords: scientific communication; social minorities; health crises.

1 INTRODUÇÃO

Iniciativas voltadas à divulgação científica ampliam o acesso popular às pesquisas e discussões desenvolvidas no contexto acadêmico, estabelecendo uma relação simbiótica que beneficia tanto o público leigo quanto os pesquisadores e instituições científicas. Para Bueno (2010), essas ações visam capilarizar a produção científica para um público não-especializado, por meio da adoção de estratégias que permitem ajustar o nível do discurso, utilizando recursos textuais ou visuais. Essas ações facilitam a compreensão, ao respeitar as referências sociais, culturais e de linguagem da audiência. Esse processo, quando orientado para a construção de uma ciência cidadã, atende aos objetivos atribuídos por Albagli (1996) à divulgação científica, sendo eles o educacional, o cívico e o de mobilização popular. Com isso, estrutura-se uma sociedade na qual o conhecimento circula, em que há um movimento contínuo em defesa da ciência, bem como formação de uma opinião pública crítica acerca de temas científicos de interesse popular.

Em emergências sanitárias, como a eclosão de surtos, epidemias e pandemias, a divulgação científica é estratégica para orientar a população sobre riscos, impactos e medidas a serem adotadas, tanto em nível individual, como em nível coletivo (CHAGAS; MASSARANI, 2020). Para Marques *et al.* (2020), esse é um exemplo da importância das razões de ordem prática de comunicar ciência ao grande público. Uma população, cujo relacionamento com pesquisadores e instituições é bem mediado, entende melhor o resultado das investigações científicas e sua aplicação no cotidiano, o que resulta em uma postura cooperativa e confere, em certa medida, proteção contra as notícias falsas em um contexto desinfodêmico.

No entanto, apesar dos potenciais contribuições da divulgação científica para a cidadania e emancipação dos sujeitos, o processo não está livre da lógica de exclusão e estigmatização de minorias sociais. Historicamente, grupos minoritários têm sido associados a surtos de doenças infectocontagiosas. Tais correlações não estão ligadas apenas aos determinantes sociais do processo saúde-doença (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007), mas

também a representações discriminatórias estabelecidas tanto na produção do conhecimento científico quanto na sua disseminação em espaços midiáticos. É o caso de doenças como a Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids), que foi inicialmente associada a homossexuais e a outros grupos marginalizados como drogaditos e prostitutas, na década de 80. Em exemplos mais recentes, a covid-19 e a *monkeypox*, também conhecida como varíola dos macacos, desvelaram comportamentos xenofóbicos com relação aos povos amarelos e africanos, respectivamente. Diante da contextualização apresentada, define-se como problema da pesquisa a seguinte questão: como as produções de divulgação científica acerca de doenças infectocontagiosas podem contribuir para reforçar estereótipos contra grupos minoritários?

O presente trabalho tem como objetivo discutir o impacto da representação de minorias sociais em peças de divulgação científica sobre doenças infectocontagiosas. Metodologicamente, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, partindo de fontes de natureza bibliográfica e documental, dentro de uma abordagem qualitativa. No total, foram analisadas 12 matérias jornalísticas, com características compatíveis ao formato de divulgação científica, que tratavam do período inicial das epidemias de Aids, covid-19 e *monkeypox*.

Considerando a relevância da divulgação científica dentro das atuais discussões estabelecidas na Ciência da Informação, bem como seus impactos relativos à cidadania e emancipação social no contexto de emergências sanitárias, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de discutir como a disseminação da ciência têm privilegiado grupos dominantes, em detrimento das minorias, reproduzindo, no microcosmo científico, uma estrutura social discriminatória.

As peças selecionadas para compor a amostra foram delimitadas por critérios de compatibilidade com a estrutura textual voltada à divulgação científica e pelo critério de temporalidade com relação ao estágio dos surtos. Nas publicações em questão, foi verificada a presença de elementos, de caráter textual ou metacomunicativo, que reforçavam estigmas contra grupos minoritários específicos, como a população LGBTQIAPN+, imigrantes e negros.

2 O PAPEL EMANCIPATÓRIO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E AS MINORIAS SOCIAIS

A produção do conhecimento científico está atrelada a contextos históricos e socioculturais, sendo regida por interesses políticos, financeiros e por pressões circunscritas a

determinadas épocas e localidades. Apesar de ter a emancipação humana como seu principal objetivo, a ciência não se constitui de forma autônoma, sendo resultado de dinâmicas sociais diversas (TARGINO, 2000). Considerando que a ciência está intrinsecamente ligada a tais dinâmicas, para atender à necessidade de emancipação e empoderamento, em especial de grupos sociais minoritários, apreende-se que sua construção deve ser pautada pelos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), sendo assegurados, em especial, os dois primeiros artigos do documento, que vão direcionar atenção ao direito à igualdade, à liberdade e à dignidade (ONU, 1948).

Tão importante quanto o estabelecimento de uma cultura da produção científica ética e orientada para a coletividade, a circulação do conhecimento produzido se configura como fundamental para estabelecer garantias individuais e coletivas, uma vez que baliza o acesso a discussões de temas pertinentes ao cotidiano social e de interesse público. O conceito de divulgação científica varia de acordo com o contexto histórico no qual está inserido, mas, de modo geral, trata da capilarização do conhecimento científico para uma audiência não-especializada. A prática se diferencia das atividades de comunicação científica em quatro esferas principais: perfil do público, nível do discurso, natureza dos canais e intenções (BUENO, 2010), permitindo que “[...] pessoas leigas possam entender, ainda que minimamente, o mundo em que vivem e, sobretudo, assimilar as novas descobertas, o progresso científico, com ênfase no processo de educação científica” (BUENO, 2010, p. 5).

Essas iniciativas atendem, simultaneamente, ao público não-especializado, que consegue se apropriar do conhecimento desenvolvido no ambiente acadêmico, quanto aos pesquisadores e instituições científicas, que adquirem credibilidade e apoio popular. Estabelecendo, dessa forma, uma relação simbiótica que beneficia todo o sistema social, como afirma Borchelt (2014) quando ressalta que a mediação do relacionamento entre os pesquisadores e o público não-especializado é um aspecto fundamental do equilíbrio nas sociedades modernas. Autores como Targino e Torres (2014) entendem as atividades de produção e divulgação popular do conhecimento científico como obrigações do pesquisador, sendo essas tarefas indissociáveis.

Nesse sentido, para Albagli (1996), a divulgação científica deve ser voltada à disseminação do conhecimento (objetivo educacional), ao desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre as influências da ciência e tecnologia no cotidiano (objetivo cívico) e à ampliação da participação popular na formulação de políticas públicas sobre Ciência e

Tecnologia (C&T) (objetivo de mobilização popular), promovendo, assim, o acesso à informação científica como um instrumento voltado à cidadania e à emancipação dos sujeitos.

A noção de minorias sociais, em termos gerais, diz respeito a grupos específicos que sofrem, devido a uma determinada estrutura societal, segregação, discriminação ou opressão. Para Sodré (2005), minorias constituem um dispositivo simbólico dotado de quatro características principais: vulnerabilidade jurídico-social diante da legitimidade institucional e das políticas públicas; identidade *in statu nascendi*, ou seja, são entidades em formação, mesmo quando constituem grupos antigos; luta contra-hegemônica em relação à busca pela alteração de estruturas de poder vigente, tendo a mídia como um dos seus principais territórios; e, por fim, uso de estratégias discursivas e de ações demonstrativas.

Já Siqueira e Castro (2017) definem minorias como grupos específicos de sujeitos interligados a partir de traços identitários. Esses grupos compartilham elementos como posição social não-dominante, vínculo subjetivo de solidariedade, necessidade de regulamentações estatais que os protejam em suas vulnerabilidades e diante das opressões sociais constantes, sistemáticas e estruturais direcionadas aos seus membros. Apesar da etimologia do termo, por vezes, os grupos minoritários são numerosos dentro de um determinado território, como negros, indígenas, pessoas com deficiência (PcD) e a comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binários). Os autores também pontuam sobre a importância de fazer a distinção entre minorias e grupos vulneráveis. Nestes últimos, “[...] não há uma identidade, um traço cultural em comum entre os indivíduos como fator que os atraem” (SIQUEIRA; CASTRO, 2017, p. 110), mas são indivíduos suscetíveis a ataques e ofensas, como acusados penais, drogaditos e prostitutas.

As violências estabelecidas contra grupos minoritários se apresentam de forma sistemática, operando tanto em esferas tangenciáveis e explícitas, como atos de agressão física, verbal ou psicológica, quanto em processos estruturais de exclusão. Nesses estão incluídas a pouca representação social, econômica e política, que abrangem a inserção deficitária no mercado de trabalho, a negação de cargos e espaços de poder e a marginalização e apartação dos interesses sociais. Nesse escopo, também opera a representação das minorias dentro de espaços de disputa comunicacional (FREIRE FILHO, 2004). Para o autor, existem duas problemáticas que envolvem a questão da retratação de grupos minoritários nos meios de comunicação de massa: a sub-representação e a representação distorcida. Se

considerarmos o disposto em Sodré (2015), o apagamento ou distorção de minorias no espaço midiático constitui também uma grave forma de opressão e de perpetuação de estruturas de dominação nas relações sociais, uma vez que a mídia se constitui como uma das principais arenas a serem disputadas na luta contra-hegemônica.

Esse processo de violências implícitas e estruturas de exclusão se apresentam na ciência de forma muito similar ao que ocorre em espaços de disputa comunicacional. Dentro da conjuntura de luta pelo monopólio da competência e da autoridade científica (ROMANELLI; SCHNEIDER, 2014), reproduzem-se microagressões e apagamentos sistemáticos endereçados a grupos minoritários, perpassando tanto as escolhas voltadas à produção da ciência (sub-representação), quanto a representação desses grupos nos saberes construídos na academia (representação distorcida). Sendo assim, a fabricação de fatos científicos, dentro de uma perspectiva de manutenção dos privilégios e das estruturas sociopolíticas desproporcionais de poder (BORDIEU, 2004), interfere na forma como a ciência retrata as minorias.

Além disso, o acesso dificultado à educação formal e aos círculos de produção acadêmica também constituem um amplificador das disparidades que afetam grupos minoritários. Segundo Rosa, Brito e Pinheiro (2020), a construção dos sistemas de verdades que constituem as bases da ciência é pautada em uma lógica científica hegemônica e eurocêntrica. Nesse contexto, segundo Fernandes, Mascarenhas e Pinheiro (2019) surgem os estudos decoloniais da ciência, que buscam superar o epistemicídio, as práticas discriminatórias no contexto da produção e circulação do conhecimento científico e a imposição do saber eurocentrado como marco referencial da racionalidade.

Dotada da capacidade de atender a interesses de diversos atores sociais, a divulgação científica apresenta, a partir do seu papel emancipatório, possibilidades para mobilizar a sociedade em direção a mudanças estruturais. Ao considerarmos os objetivos para os quais, segundo Albagli (1996), sua prática deve se orientar, é possível inferir alternativas para descentralizar a produção do conhecimento, a partir do estímulo à curiosidade científica, da formação de uma opinião pública que compreende os impactos da ciência no cotidiano e que, por isso, participa mais ativamente desses processos. Do mesmo modo, se a prática científica não for responsável nem pautada em princípios da diversidade, da inclusão e de uma promoção de oportunidades no sistema científico, tais estratégias se tornam agentes perpetuadores da estrutura social vigente.

3 MINORIAS SOCIAIS, DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O processo saúde-doença é, de fato, atravessado por determinantes sociais constituídos como fatores “[...] econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). A exclusão do mercado de trabalho, menor nível de escolaridade, segregação espacial e acesso deficitário a serviços podem resultar em enfermidades enquanto reflexos das desigualdades (COIMBRA JÚNIOR; SANTOS, 2000). No entanto, se faz necessário o entendimento crítico dessas relações para que não se incorra em reducionismo e, conseqüentemente, em um processo discriminatório. Deste modo, a epidemiologia, ciência que estuda o processo saúde-doença nas coletividades, pode atender a uma lógica hegemônica de construção dos saberes ou buscar uma transformação nas estruturas sociais por meio do fortalecimento da organização popular e da incorporação de um pensamento crítico emancipador (BREILH, 2008).

Historicamente, durante surtos de doenças infectocontagiosas, grupos minoritários e vulneráveis foram sistematicamente estigmatizados e discriminados a partir de fatos científicos errôneos ou distorcidos, intencionalmente ou não. A epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids), que eclodiu na década de 1980, foi inicialmente associada a homossexuais. Os impactos dessa associação, no entanto, imprimem conseqüências irreversíveis relativas a estigmatização desse grupo até os dias de hoje (CARVALHO; AZEVEDO, 2019). O primeiro registro de uma matéria jornalística, com características de uma estrutura textual de apoio à divulgação científica, sobre a doença é do jornal norteamericano *The New York Times*, em 1981. Segundo Almeida (2008), a reportagem trazia informações preliminares sobre a doença, como a associação feita inicialmente pela comunidade científica de que a doença afetava apenas homossexuais, com múltiplos parceiros e que a debilidade do sistema imunológico poderia ser conseqüência do abuso de drogas ou infecções recorrentes.

Após, aproximadamente, 30 anos, as primeiras notícias sobre as origens pandemia de covid-19 seguiam um padrão semelhante ao reforçar que hábitos culturais do povo chinês poderiam ser responsáveis pelo surgimento da covid-19. “A estratégia de se utilizar de atitudes e opiniões xenófobas para aumentar a sensação de progresso, sobrevivência e a sensação de autocontrole é constantemente reproduzida como técnica de manipulação política” (KOHATSU; SAITO; ANDRADE, 2021, p. 128). Ou seja, de certa forma, a culpabilização

de um determinado povo ou grupo de pessoas por situações como escassez, guerras e epidemias é cíclica e se manifesta como uma forma de aglutinar apoiadores por meio de uma sensação de controle a partir da segregação.

Logo em seguida, durante a eclosão de surtos da *monkeypox*, inicialmente chamada de “varíola dos macacos”, as matérias jornalísticas que divulgavam pesquisas sobre a doença incorreram em duas situações problemáticas. A primeira está relacionada a associação da doença a um suposto comportamento sexual de risco exclusivo a homens homossexuais, causando o que Lee e Morling (2022) chamam de “pânico de contaminação”, tendo como consequência, além da estigmatização, o afastamento de determinados públicos dos serviços de saúde. O segundo ponto diz respeito ao uso de recursos metacomunicativos, como fotografias e ilustrações, utilizados para reforçar o entendimento sobre a doença: a maior parte dos veículos de comunicação utilizou, inicialmente, imagens de corpos negros, tiradas no continente africano, para ilustrar matérias sobre a doença, apesar do surto ter se iniciado no continente europeu.

4 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, que contribui, através de informações preliminares, para futuras discussões sobre o assunto, e que converge para considerações a partir do reconhecimento do fenômeno e de suas características, bem como de seus elementos determinantes. Para o referencial teórico, traz uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de materiais já elaborados sobre a divulgação científica, grupos minoritários, direitos fundamentais, formas de expressão, representação midiática e ética da informação. Quanto à natureza das fontes, a pesquisa pode ser enquadrada como documental, pois trabalha analiticamente representações midiáticas características do objeto estudado, a partir de técnicas descritivas de registros (GIL, 2017).

Para a parte analítica do trabalho, foram selecionadas 12 matérias jornalísticas, com características compatíveis ao formato de divulgação científica, que tratavam do período inicial das epidemias de Aids, covid-19 e *monkeypox*. As peças que compuseram a amostra foram delimitadas por critérios de compatibilidade com a estrutura textual voltada à divulgação científica e pelo critério de temporalidade com relação ao estágio dos surtos. Foi verificada a presença de elementos, de caráter textual ou metacomunicativo, que reforçavam

estigmas contra grupos minoritários específicos, como a população LGBTQIAPN+, imigrantes e negros.

A primeira parte da coleta de dados, relativa à *monkeypox*, foi realizada em janeiro de 2023. Foram selecionadas publicações realizadas pelos 10 portais de notícia mais acessados no Brasil durante o ano de 2022, segundo a pesquisa Ranking Comscore, verificando os critérios de inclusão definidos para o estudo. Para recuperar as publicações, foram empregadas estratégias de busca avançada, a partir de comandos feitos na própria barra de pesquisa. Com isso, foi possível refinar os resultados obtidos. A pesquisa foi feita a partir do comando “site:URL do portal + varíola dos macacos”. Posteriormente, foram selecionadas publicações referentes ao período inicial do surto, entre os meses de maio e junho de 2022.

A coleta referente às notícias sobre covid-19 foi realizada em março de 2023. Nesse caso, foram empregadas estratégias de busca avançada do Google, a partir de comandos feitos na própria barra de pesquisa. Os termos utilizados foram “sopa de morcego” + “covid-19” e “covid-19” + “vírus chinês”. Na aba Ferramentas foram selecionados o idioma português e o período, compreendido entre o início do surto, em dezembro de 2019, e maio de 2020, dois meses após a situação ser declarada pela OMS como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

A última parte da coleta de dados foi realizada em maio de 2023, utilizando a ferramenta de pesquisa da Hemeroteca Nacional para recuperação de recortes midiáticos relativos à epidemia de Aids. O termo “Aids” foi utilizado no buscador, com período selecionado entre 1980 e 1989, referente ao início da propagação da doença no Brasil, e a abrangência da pesquisa foi restrita à jornais e revistas nacionais. A partir dos resultados obtidos, foi selecionada a amostra.

O método de análise de conteúdo, apresentado por Bardin (2007), foi aplicado para o tratamento da amostra. Na primeira etapa, de pré-análise, foi delimitada a constituição do *corpus* a partir das regras da representatividade, da homogeneidade e da pertinência. Sendo assim, as amostras selecionadas se constituíram como uma parte representativa do universo inicial, ou seja, de todas as matérias coletadas; homogênea, obtidas a partir da aplicação de critérios precisos e pouco singulares; e pertinentes, correspondendo, portanto, ao objetivo da análise. Posteriormente, na exploração do material, foi realizada a categorização e o tratamento dos dados foi realizado por inferência.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As primeiras matérias de cunho de divulgação científica sobre a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (Aids) utilizaram dados preliminares de pesquisas que relacionavam a contaminação apenas à membros do grupo de risco em especial, homens homossexuais. Associado a isso, a imprensa utilizava terminologias abertamente ofensivas e agressivas. Além de “Mal dos cinco Hs” (homossexuais, heroadictos, hemofílicos haitianos e *hookers*, prostitutas, em inglês), os veículos de comunicação se referiam à doença como “peste gay” ou “câncer homossexual”, como pode ser verificado na imagem 1.

Figura 1 – A representação de grupos minoritários em peças de divulgação científica: Aids



Fonte: Hemeroteca... ([2023?]).

Vale frisar que os recursos metacomunicativos imagéticos utilizados apresentavam elementos semióticos que remetiam ao erotismo, à promiscuidade e ao comportamento sexual de risco. Tais representações, em uma sociedade conservadora e homofóbica, contribuíram para a estigmatização das populações LGBTQIAPN+ e a disseminação de pânico moral (FREIRE FILHO, 2004), bem como para a construção de discursos de ódio. Consequências que se perpetuaram, mesmo após novas evidências científicas sobre a doença, por meio do pânico da contaminação, discriminação e culpabilização dos infectados.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou um estado de emergência sanitária de nível global devido à pandemia de covid-19. A doença, cujos primeiros casos foram registrados na província de Wuhan, na China, teve, inicialmente, representações

mediáticas sobre suas origens, no contexto da divulgação científica, atreladas aos costumes e à cultura do povo chinês.

Percebe-se, além da atividade discursiva de teor discriminatório, o uso de recursos imagéticos que chamam a atenção como a utilização da imagem de um morcego sendo consumido como alimento, o que provoca sentimentos de estranheza em sociedades ocidentais.

Figura 2 – A representação de grupos minoritários em peças de divulgação científica: covid-19



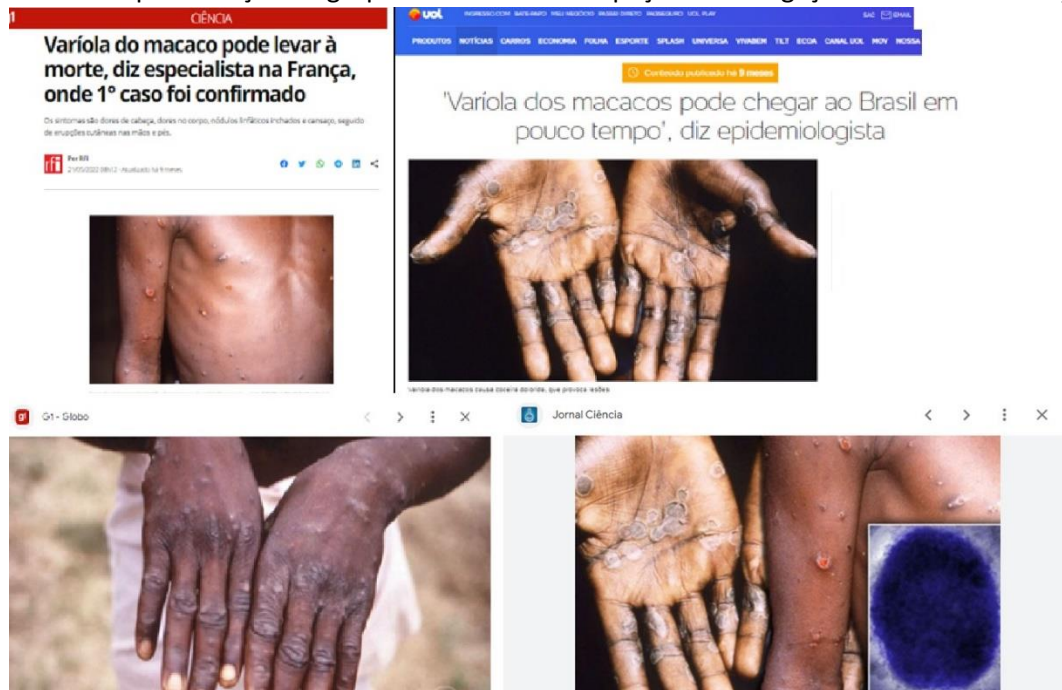
Fonte: Hemeroteca... ([2023?]).

Além disso, a discursos de culpabilização e teorias da conspiração sobre a origem do vírus também foram amplamente veiculados no período. Para Kohatsu, Saito e Andrade (2021), a xenofobia se tornou uma mercadoria consumível e, por sua capacidade de engajamento nas mídias sociais, notícias sensacionalistas de caráter aparentemente voltado à divulgação científica se propagaram no período.

Outro exemplo vem das análises dos recursos metacomunicativos de ordem imagética utilizados nas matérias de divulgação científica sobre o início da epidemia de *monkeypox*, em 2021. Essas eram compostas, em sua maioria, por imagens de corpos negros, contudo a escolha não condizia com os dados epidemiológicos sobre a doença que apontavam para o aumento exponencial dos casos no continente europeu.

Sendo assim, é possível afirmar que as primeiras divulgações científicas, e suas respectivas representações visuais, sobre a varíola dos macacos (imagem 3) acabaram reforçando características de estigma de determinada/o raça/povo/etnia, neste caso específico, negros/africanos, apresentado dentro de um contexto de utilização de representatividade racial inadequado, seja de maneira intencional ou não.

Figura 3 – A representação de grupos minoritários em peças de divulgação científica: *monkeypox*



Fonte: HEMEROTECA... ([2023?]).

Para essa afirmação, a análise de variáveis como o tempo de publicação e a narrativa do discurso presente na divulgação científica foram determinantes, visto que as imagens foram substituídas por representações gráficas do vírus ou de pessoas brancas contaminadas, a partir de pressões sociais sobre o uso indevido.

No entanto, é necessário salientar que, ao substituir os recursos imagéticos problemáticos, foram utilizados outros que buscavam não atrelar a doença a um grupo populacional específico. Apesar de ser um surto que basicamente se restringiu a populações brancas, as imagens utilizadas nessa representação se voltaram para outros aspectos, o que, de certa maneira, pode ser relacionado ao caráter de privilégio associado à branquitude.

Com base nas análises foi possível verificar que a construção imagética e textual das representações de minorias em divulgações científicas, contexto de crises sanitárias e doenças infectocontagiosas, veiculadas como matérias jornalísticas contribuem, de certo modo, para perpetuar estigmas e preconceitos relativos a minorias sociais, uma vez que os meios de

comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação rótulos e discursos, causando impactos duradouros a esses grupos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estratégias de divulgação científicas são dotadas da capacidade de atender a interesses de diversos atores sociais, incluindo as minorias, as quais se beneficiam de um acesso amplo à informação sobre as práticas científicas e os conhecimentos produzidos dentro da academia. Entretanto, se a prática científica não for responsável nem pautada em princípios da diversidade, da inclusão e de uma promoção de oportunidades no sistema científico, tais estratégias se tornam agentes perpetuadores da estrutura social vigente.

Ao tratar de doenças infectocontagiosas em ações de divulgação científica, é importante manter uma postura crítica acerca dos fatos científicos e procurar maneiras de abordar a temática de modo a não criar ou perpetuar a estigmatização das minorias. A sócio-história da epidemiologia de doenças que foram associadas a grupos específicos, como a Aids, por exemplo, revela a importância de não atrelar a contaminação por enfermidades a características ou a comportamentos de uma coletividade de indivíduos. Além disso, é importante considerar aspectos éticos relativos à produção e à disseminação da informação como forma de evitar que o mau uso de informações de caráter científico, a partir de estratégias de descontextualização e descaracterização, acabe por propagar notícias falsas, que perpetuem ou corroborem com estigmas sociais, racismo, homofobia, misoginia e xenofobia.

Algumas dificuldades técnicas relativas ao site da Hemeroteca Nacional podem ser descritas como aspectos limitadores da pesquisa: as notícias são separadas por diretório, sem a possibilidade de visualizar títulos ou miniaturas. Com relação à pesquisa sobre a *monkeypox*, uma parte das matérias foi editada pelos portais de notícias, tendo enfoque na alteração das fotografias, após repercussão negativa pela utilização de imagens de pessoas negras, não sendo possível recuperar as publicações originais na íntegra.

Sugerem-se como perspectivas de estudos futuros: uma análise quantitativa dessas representações, estudos métricos acerca do compartilhamento de pesquisas que reforçam estereótipos, bem como a análise de conteúdo e de discurso desses compartilhamentos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para cidadania. **Ciência da Informação**, Campinas, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: [10.18225/ci.inf.v25i3.639](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v25i3.639). Acesso em: 4 mai. 2023.

ALMEIDA, M. A. **O percurso da aids na mídia**: análise da cobertura da aids no jornal “O Popular” de 1983 a 2007. 2007. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4389/5/> Acesso: 14 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BORCHELT, R. E. Public relations in science: managing the trust portfolio. *In*: BUCCHI, M.; TRENCH, B. (org.). **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2014. Cap. 10, p. 147-157.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, edição especial, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 03 mai. 2022.

BUSS, P. C.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmGf74RqZsbpKYXxNKhM/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio, 2023.

CARVALHO, C. A.; AZEVÊDO, J. H. P. Do AZT à PrEP e à PEP: Aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 246-260, 2019.

CHAGAS, C.; MASSARANI, L. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020. *E-book*.

COIMBRA JÚNIOR, C. E. A.; SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 125-132, 2000.

FREIRE FILHO, J. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 45-71, 2004. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120. Acesso em: 14 mai. 2023.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEMEROTECA digital brasileira. **Biblioteca Nacional**: BN Digital Brasil, [s.l.] [2023?].

KOHATSU, L. N.; SAITO, G. K.; ANDRADE, P. F. **Imigração, mídia e xenofobia: a ameaça imaginária em questão**. Teoria crítica, violência e resistência. São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/9786555500790-07>. Acesso em: 29 fev. 2024.

LEE, A.; MORLING, J. R. The global monkeypox outbreak: germ panic, stigma and emerging challenges. **Public Health in Practice**, Londres, v. 4, 2022. Disponível em: 10.1016/j.puhip.2022.100291. Acesso em: 13 jun. 2023.

MARQUES, R. R. *et al.* Using online tools in participatory research with adolescents to promote civic engagement and environmental mobilization: the WaterCircle (WC) project. **Environmental Education Research**, [s.l.], v. 6, n. 7, p. 143-159, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504622.2020.1776845>. Acesso em: 04 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

ROMANELLI, R.; SCHNEIDER, M. Ciência, Interesse e Linguagem: alguns desafios da divulgação científica. In: TAVAREZ, D.; REZENDE, R. **Mídias e divulgação científica: desafios e experimentações em meio à popularização da ciência**. Rio de Janeiro: Ciências e Cognição, 2014.

ROSA, K.; BRITO, A.; PINHEIRO, B. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1440-1468, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74989>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SIQUEIRA, D. P.; CASTRO, L. R. B. Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 105-122, 2017. Disponível em: 10.25245/rdspp.v5i1.219. Acesso em: 14 jun. 2023.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (org.). **Comunicação e cultura das minorias**, São Paulo: Paulus, 2005.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, Paraíba, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 11 mai. 2023.

TARGINO, M. G.; TORRES, N. H. Comunicação científica além da ciência. **Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Paraíba, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>. Acesso em: 11 jun. 2023.